

# Principais pontos do depoimento

Os principais pontos do depoimento do deputado Ricardo Fiúza à CPI do Orçamento:

□ **Pedidos a José Carlos Alves dos Santos** — “Me afeiçoei a José Carlos quando estivemos juntos na Comissão de Orçamento. Em 1992 não tinha feito emenda nenhuma. Então, pedi a ele para me ajudar. Mas o José Carlos, que tinha se aposentado, disse que não havia lido o Orçamento e que não teria condição de me auxiliar.

□ **Liberação de verbas de subvenções para entidades ligadas a João Alves** — “É possível que alguma entidade já estivesse na lista que tradicionalmente recebia, em anos anteriores, subvenções garantidas pelo deputado João Alves. Não posso verificar se alguém tirou proveito destas entidades. Eu não tirei”.

□ **Patrimônio** — “Meu patrimônio é de cerca de 10 milhões de dólares; líquido, é menor, pois tenho dívidas”.

□ **Liberação de verbas no Ministério da Ação Social** — “No Ministério, quem decidia sobre liberações e contingenciamento era o ministro. Quem informava era a assessoria, a Secretaria de Controle Interno e o secretário-geral”.

□ **Ingresso na Comissão Mista de Orçamento** — “Até primeiro de

novembro de 1991 jamais havia feito parte da Comissão. Não que houvesse demérito. Jamais me interessei em integrar aquela Comissão”, disse. Fiúza garantiu que foi “compelido” a assumir a relatoria pelos líderes de outros partidos.

□ **Orçamento de 1992** — “Sou um neófito em orçamento, mas se houve alguma irregularidade, a responsabilidade é só minha”, garantiu o deputado.

□ **João Alves** — Fiúza sustenta que a maioria do Congresso desejou manter João Alves por tão longo tempo à frente da Comissão do Orçamento. Mesmo diante dos fortes rumores contra Alves, o então líder do PFL resistiu. “Nada havia de concreto contra Sua Excelência”.

□ **Imagem do Congresso** — “Preocupo-me menos com a minha defesa que com a imagem da instituição”, afirmou. Olhando para as câmeras de TV, o deputado discursou: “É mentira que os deputados fazem o Orçamento a toque de caixa só para tirar proveito”.

□ **Empreiteiros** — “Devo conhecer todos os empreiteiros do País e os empresários. Mas, naquela oportunidade, não recebi nenhum empreiteiro”, disse, referindo-se ao período em que comandou a elaboração do Orçamento de 1992.

□ **Distribuição de subvenções** — Fiúza disse que recusou-se a distribuir entre os parlamentares as verbas destinadas às subvenções sociais. O rateio foi atribuído aos ministros de Estado. “A oportunidade que tinha para me locupletar era aquela. Por azar, depois de decidir isso fui para o Ministério da Ação Social”.

□ **Liberação de subvenções às vésperas do impeachment** — “Só recebi dinheiro nessa época”, testemunhou Fiúza. Ele disse que recebeu apenas cinco por cento de seu orçamento no primeiro semestre de 1992. O Ministério da Fazenda só teria descongestionado as dotações no segundo semestre. E mesmo assim Fiúza garantiu ter usado apenas 41,5 por cento do total de CR\$ 170 bilhões para subvenções que o Ministério da Ação Social tinha direito. Os quase CR\$ 100 bilhões restantes, de acordo com o deputado, ficaram em caixa para seu sucessor.

□ **Quebra de sigilo** — Fiúza fez um apelo ao presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho, sobre o sigilo dos documentos que entregou à CPI. “Peço pelo amor de Deus, que me digam a quem eu responsabilizarei judicialmente pelo vazamento das informações que poderão levar à falência de minhas

empresas”. O senador Passarinho informou que se houver vazamento, Fiúza poderá processar a própria Comissão e a ele próprio (Passarinho).

□ **Doações aos filhos** — O deputado negou que tenha dissolvido seu patrimônio através de doações a seus quatro filhos. Disse que, no ano passado, doou CR\$ 3 milhões a cada um de seus filhos. “Nunca doei um apartamento”, disse, informando que o comprou há 15 anos e mora lá desde então.

□ **Influência de João Alves** — Durante a época em que foi relator-geral do Orçamento, Fiúza nega ter conhecimento de que o deputado João Alves (PPR-BA) tenha continuado a influir na Comissão. “Acredito que o ciclo tenha se acabado”.

□ **O porquê das denúncias de Santos** — “A pergunta mais difícil de responder”, considerou Fiúza. Ele acha que o economista teve um “comportamento exemplar” durante o tempo em que trabalharam juntos. Agora, ele pode estar sob a influência das dificuldades pessoais que atravessa”, arriscou.

□ **Empréstimo da Caixa Econômica** — Fiúza se atrapalhou para responder a uma pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre

um empréstimo, em maio de 1991, para uma empresa de sua família. A Caixa emprestou 1,5 milhão de dólares com juros subsidiados que não foram pagos até hoje pelos responsáveis pela empresa. A dívida está sendo protestada.

□ **Liberação total de subvenção pelo Ministério da Ação Social em 1992** — “Não tenho certeza se foram liberados 21 milhões de dólares durante minha gestão, sendo 7 milhões de dólares somente para o Rio de Janeiro. Muitas vezes existem bancadas de deputados mais aguerriadas nos seus pleitos. É possível que o Estado do Rio de Janeiro tenha sido privilegiado”.

□ **Máfia na Comissão de Orçamento** — “Não sei de nada. Apenas, como outros, ouvi falar de irregularidades”.

□ **Quem manda na Comissão de Orçamento** — “O relator-geral é quem dá a última palavra. Ele muda as propostas dos relatores parciais quando isto é necessário”. (O deputado João Alves afirmou que o relator-geral tem pouca participação no Orçamento. Os que mandam seriam os relatores parciais).

□ **Influência de Collor na liberação de verbas** — “O presidente Collor tem muitos defeitos e muitas virtudes. Infelizmente, ele não dava importância para o que se referia a verbas”.